

## AVENTUREIROS E VIAJANTES

### os relatos do encanto e óbices das selvas, serras e sertões do Brasil Imperial e primeiros anos republicanos

**Gilvan Charles Cerqueira de Araújo<sup>i</sup>**

Doutorando em Geografia  
Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho”  
(UNESP)

#### Resumo

O período imperial e os primeiros anos republicanos no Brasil tiveram uma intensa movimentação de viajantes, aventureiros e pesquisadores de diferentes áreas, que, na maior parte das vezes, percorreram o território brasileiro registrando suas características e particularidades. Nos dias atuais o resgate destes registros, a influência de formas de pensamento como o naturalismo, o progressismo ou o novomundismo é crucial para melhor entendermos alguns dos aspectos que permeiam saberes contemporâneos como a Geografia, Antropologia e História, e mais, que isto, o fortalecimento das bases destes conhecimentos na historiografia e formação territorial do Brasil.

**Palavras-chave:** aventureiros e viajantes; edenismo; Brasil Imperial e Republicano.

#### ADVENTURERS AND TRAVELLERS: THE REPORTS OF GLAMOUR AND OBSTACLES JUNGLES, WILDERNESS AND RIDGES OF THE IMPERIAL BRAZIL AND EARLY YEARS OF REPUBLIC GOVERNMENT

#### Abstract

The imperial period and early republican years in Brazil had an intense traffic of travelers, adventurers and researchers from different fields of knowledge, which, in more often than cases, traveled Brazilian territory recording your characteristics and peculiarities. Nowadays the rescue of these records, the influence of thought forms as naturalism, progressivism or new world philosophy is crucial to better understand some of the aspects that pervade contemporary knowledge as Geography, Anthropology and History, and more than this, the strengthening of the foundations of this knowledge in historiography and territorial formation of Brazil.

**Keywords:** adventurers and travelers; edenism; Republican an Imperial Brazil.

<sup>i</sup> *Endereço institucional:*  
Avenida 24 A, n. 1515. Bela Vista.  
Rio Claro, SP, Brasil. CEP: 13506-900.  
*Endereço eletrônico:*  
[gcca99@gmail.com](mailto:gcca99@gmail.com)

Este artigo é parte integrante da pesquisa de mestrado em Geografia concluída pelo autor no ano de 2013, intitulada “Do ufanismo edênico ao saudosismo heroico”

co: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro”. Espera-se por meio de sua exposição apresentar possibilidades de expansão dos estudos relacionados ao edenismo, à ufania territorial e seu impacto e influência no Estado nacional brasileiro.

A passagem do período imperial para o regime republicano representou uma importante fase no processo histórico brasileiro, e em especial, ao desenvolvimento da Geografia. Ainda na segunda metade do século XIX será observada a presença de aventureiros em suas expedições de exploração geológica, botânica e faunística em toda a América do Sul. No entanto, haverá uma sutil alteração no modo de se pensar o mundo e o próprio ser humano. Esta alteração de reflexão será o resultado direto de algumas correntes de pensamento como o positivismo, o historicismo e em específico ao Brasil aos movimentos modernista e progressista/desenvolvimentista.

Portanto, faz-se necessário uma incursão histórica e epistemológica neste profícuo período de profusão de informações, teorias e importantes trabalhos voltados para as mais diferentes temáticas, em especial no período imperial do Brasil. Desta maneira, serão lembrados exemplos da reminiscência do romantismo descritivo nas narrativas dos viajantes, com destaque para as obras *Viagem ao Brasil* (1868), de Luíz e Elizabeth Agassiz (2010), *Brasil: a terra e a gente* (1871), de Oskar Canstatt (2010), *Diário de uma viagem ao Brasil* (1824), de Maria Graham (1990) e *Dez anos de Brasil* (1825-1834), de Carl Seidler (2003), além de outros autores, obras e documentos que contribuem para a fundamentação do argumento do debate proposto no presente artigo.

### **Os viajantes e aventureiros**

Os relatos dos viajantes, a riqueza do tempo e espaço cristalizados nas linhas e páginas dos cadernos, transformados em obras de ricas coletâneas de inigualável riqueza histórica. Neste ponto é necessário abrir uma exceção sobre a demasia da recorrência em citações, pois somente dando o poder da palavra a expressão destas narrativas é que conseguiremos captar a singularidade de tais descrições destes aventureiros do território brasileiro. Começemos com esta extração dos diários de

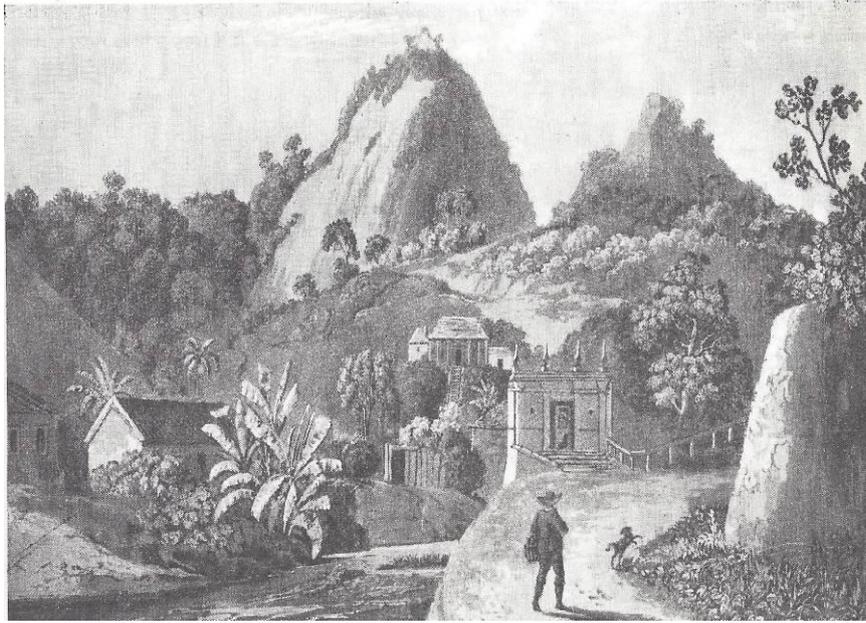
Maria Graham, escritora e ilustradora britânica (1785-1842), sobre a presença dos produtos ingleses nas principais cidades costeiras por onde passou no Brasil, um sinal daqueles tempos de domínio inglês sobre a economia brasileira desde a *abertura dos portos às nações amigas* em 1808 por D. João VI:

As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta as palavras *Superfino de Londres* aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham, podem-se obter um pouco mais caro do que em nossa terra nas lojas do Brasil, além de sedas, crepes e outros artigos da China. Mas qualquer coisa comprada a retalho numa loja inglesa ou francesa é, geralmente falando, muito caro. (GRAHAM, 1990, p. 231).

Já no que se referia ao constante encantamento dos viajantes em relação ao Brasil, também haverá em vários momentos das narrativas da autora a menção a tais características das terras brasílicas. No trecho abaixo temos um rico relato das características dos recifes de corais na costa da cidade de Olinda, no litoral de Pernambuco em 24 de setembro de 1824, no momento em que seu navio aguardava a ancoragem no porto:

A água é funda junto à rocha e ali costumam os barcos fundear. Há uma barra na entrada do porto, na qual, em marés ordinárias, há dezesseis pés d'água, de modo que os navios de tonelagem considerável podem ali fundear. [...] O recife é certamente uma das maravilhas do mundo; tem escassamente dezesseis pés de largura ao alto. Inclina-se mais violentamente que o quebra-mar de Plymouth, até uma grande profundidade para o lado de fora, e é perpendicular, pelo lado de dentro, por muitas braças. Aqui e ali, umas poucas irregularidades, ao alto, devem outrora perturbado o porto nas marés altas ou nos ventos fortes. (GRAHAM, 1990, p. 130).

Outro recurso que auxiliava em imenso grau de importância os relatos de viagem não só de Graham, mas de outros que pelas Américas passaram, eram as detalhadas gravuras, esboços e pinturas sobre as paisagens que viam no decorrer de seus percursos. Tal prática iniciada pelos viajantes mais tarde seria utilizada, por exemplo, em viagens de teor mais científico como o fizeram Alexander von Humboldt e Charles Darwin. A palavra de ordem nos relatos era a descrição, tanto no detalhamento dos aspectos físicos, naturais, sociais e culturais observados como no caso das imagens, num esforço pela maior proximidade possível entre o imagético representado e a contemplação do olhar na concreticidade da viagem em curso.



**Figura 1: Laranjeiras, gravura de Maria Graham de 1821** – Fonte: Graham (1990, p. 197).

O encantamento com os aspectos naturais mesclava-se de igual maneira à tentativa de expressar as formas pelas quais a vida se dava neste novo ambiente no olhar dos estrangeiros. Por isto é que percebemos nos viajantes muitas vezes uma preocupação em observar este aspecto relacional entre o humano e o natural, em tentativas de representar narrativamente e imageticamente estas paisagens culturais – neste caso o conceito se aproxima do seu uso e explanação no primeiro capítulo –, ou os modos de existências das terras americanas. Nestes termos é que Luíz (1807-1873) e Elizabeth (1822-1907) Agassiz – ele suíço, zoólogo e geólogo, ela uma educadora e estudiosa de história natural norte-americana –, fazem tal descrição imagética entre o natural e o humano já na sua “*primeira vista-d’olhos num interior brasileiro*” nas seguintes palavras:

Por nossa parte fomos flunar ao acaso numa pequena ilha, a Ilha das Enxaas, junto à qual o nosso navio ancorou para tomar carvão antes de prosseguir viagem. Ao lado dos armazéns de carvão está a casa do proprietário da ilha, uma bonita habitação rodeada de jardim e encostada a um a pequena capela. Foi aí que lancei as minhas primeiras vistas sobre a vegetação tropical e a vida brasileira, e essa primeira impressão teve todo o encanto de novidade. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2010, p. 64).

E mais uma vez nesta simbiose descritiva entre o deslumbramento com as mitologias fantásticas das maravilhas do paraíso terrenal com seus habitantes é que os autores conclamam a esta fusão uma alcunha de espetáculo cênico, neste caso em relação à urbanidade e à presença do verdejante florestal e azul marítimo em con-

traste e integração, devido às singularidades componentes deste caleidoscópio de significados em sua interpretação de tal representatividade em relação às terras subequatoriais:

Nesta latitude, as luzes do crepúsculo se extinguem rapidamente, porém, mal a obscuridade desceu sobre a cidade, inúmeras luzesinhas se acendem ao longo de todo o litoral e nos flancos das colinas. O Rio de Janeiro se desdobra em forma de crescente, na margem ocidental da baía, e os seus bairros se estendem por distâncias consideráveis, à beira-mar, ou serpenteiam mais para dentro da vertente dos morros. Em consequência dessa disposição das casas, que se espalham por vasta área e se disseminam ao longo das praias, em vez de se concentrarem numa aglomeração compacta, o aspecto da cidade vista da baía à noite é extraordinariamente belo. Uma espécie de efeito cênico. As luzes sobem acompanhando as elevações, corream aqui e ali os cimos das colinas reunindo focos mais brilhantes ou se afastam, apagando-se, nos contornos das praias, de cada lado da zona comercial, situada no centro. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2010, p. 66).

Já no trecho abaixo vemos um claro indício do que mais tarde, nos séculos XX e XXI, se tornaria o mais novo eco de renovação da ufanía edênica em relação ao Brasil, ou seja, a sublimação simbólica paradisíaca em relação à região da floresta amazônica. Aqui há um relato do casal Agassiz sobre o rio Amazonas, sua imensidão, imponência e o estranhamento que tal monumentalidade causara nos descriutores de tais características colossais do curso d'água no interior da selva:

Hoje, porém, é impossível fazer outra coisa que não seja olhar e admirar. Agassiz se mostra surpreso: “Este rio não parece um rio; a corrente geral, neste mar de água doce, é dificilmente perceptível à vista e mais se parece com as vagas dum oceano do que com o movimento dum curso d'água mediterrâneo.” Entretanto, é verdade que estamos constantemente entre duas margens; mas essas margens não são as do grande rio, mas sim os bordos das ilhas inumeráveis que se acham espalhadas sobre a superfície de sua imensa extensão. [...] Agora mesmo, estamos passando em frente de uma pequena clareira situada à beira d'água e onde uma cruz de madeira indica uma sepultura. Que solidão em volta dessa sepultura única! (AGASSIZ; AGASSIZ, 2010, p. 164).

E somados a estas importantes descrições de Maria Graham e Luíz e Elizabeth Agassiz temos também a contribuição de Oskar Canstatt (1842-1911), viajante alemão especialista em botânica e geologia, que de igual modo percorreu regiões do Brasil, e em tais percursos nos forneceu peculiares relatos sobre sua percepção frente ao lugar que visitara, percebe-se inclusive que por vezes estes autores colocam a avidez de sensações de momento em seus relatos, dando assim uma cinética tempo-espacial alçada à posteridade, pois em seus detalhes e remissões de furor presentes

nestes relatos de viagem, registrados nos vários diários, cartas e demais documentos semelhantes.

No caso de Canstatt, o mesmo inicia sua argumentação com uma dose de ofensas vassalãs à corte portuguesa, uma referência ao seu vigor exploratório frente ao continente americano – o eurocentrismo aparece realçado em poucas palavras –, segue a fala do autor: “Deve-se antes de tudo aos portugueses, que com sua primazia como navegadores e com o seu comércio tinham alcançado extraordinário surto de prosperidade, a descoberta do Brasil.” (CANSTATT, 2010, p. 27).

Após este coro inicial de referência Oskar Canstatt irá voltar sua atenção, assim como os outros viajantes, aos aspectos naturais e sociais do Brasil. Na extração a seguir percebe-se no discurso do autor uma preocupação em dar um tom de maior cientificidade em seu relato, por meio de uma descrição mais profunda de particularidades das rochas e dimensões do relevo da cidade do Rio de Janeiro. Mas, ao mesmo tempo em que procura tal objetividade em sua descrição, Canstatt novamente e de igual modo aos outros diários de viagem daquela época se rende a um caudaloso elogio à baía da entrada via mar pela capital do império do Brasil no século XIX:

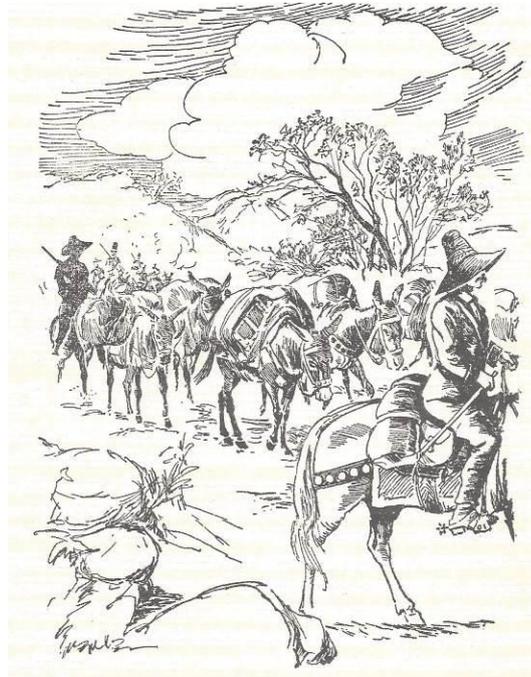
As montanhas distinguem-se pelas suas formas altamente originais, e apresentam-se sempre segundo sua formação, ora em longas cadeias semelhantes a atáides, ora em altos picos em forma de agulhas, que excitaram vivamente a imaginação dos navegantes e dos naturais. No interior do país, onde ao lado do granito aparecem também rochas xistosas, as montanhas são denticuladas e como subindo para o céu, embora suas alturas não sejam muito grandes; ao passo que as montanhas da costa, as dos arredores do Rio de Janeiro, por exemplo, assemelham-se mais a altos zimbórios. A baía do Rio de Janeiro, um dos mais belos portos do mundo, deve exatamente às formas curiosas das montanhas que circundam sua incomparável beleza. (CANSTATT, 2010, p. 31).

Além desta preocupação pela linguagem mais apurada em relação às características observadas, o autor não deixará de observar e fazer críticas à situação da precariedade das estradas no Brasil, apesar de que, novamente estas afirmativas a tal situação o autor sublima ao fim a beleza das serras observadas:

As estradas e as vias férreas, que ainda hoje não alcançaram grande ramificação, são no Brasil, depois da navegação fluvial, da maior importância para seu comércio interno. Estradas, conforme a concepção europeia, niveladas e cuidadosamente conservadas, existem poucas. Eu mesmo só conheço uma boa estrada real, que é a que vai da Raiz da Serra, perto do Rio de Janeiro, ao palácio de verão do Imperador, na colônia alemã de Petrópolis, seguindo daí para Juiz de Fora. É também a primeira estrada real que existiu na América do Sul. Embora na sua construção tivessem que ser supera-

dos obstáculos formidáveis, conseguiram, conquanto não podendo evitar todos os defeitos do traçado, principalmente graças ao valente esforço de trabalhadores alemães, abrir larga estrada por cima da maravilhosa e elevada serra da Estrela. (CANSTATT, 2010, p. 180).

Observa-se também a menção à questão do enfretamento da natureza e seus obstáculos frente à intencionalidade técnica para a dominação deste meio selvagem, tido ao mesmo tempo como maravilhoso e hostil aos interesses daqueles que ali queriam fincar seus postos de habitação e exploração. Talvez não por acaso que o próprio Canstatt fizesse questão de representar imagetivamente a presença dos tropeiros, em meio ao cenário europeu de desenvolvimento das ferrovias, e mais que isto a já mencionada precariedade das estradas que cortavam o território brasileiro, numa menção da necessidade de se levar tal progresso ao Novo Mundo:



**Figura 2: Marcha de uma tropa no interior do Brasil, gravura de Oskar Canstatt (sem data) – Fonte: Canstatt (2010, p. 173).**

Mas não apenas de flores permeavam estes relatos dos viajantes no Brasil, no caso de Carl Seidler há uma rigorosa análise dos principais problemas dos aspectos sociais, estruturais e econômicos do império. O autor citará, por exemplo, a precariedade, rarefação e despreparo das forças militares, a falta de uma estrutura de recebimento e instrução dos jovens, e a já na época contestada escravidão, etc. No trecho abaixo vemos a referências a situação de castigo militar e como consequência

uma inquietante consternação em meio a tais cenários observados no território brasileiro:

Esta é, pois, a tão gabada liberdade do Novo Mundo; sem receio de punição e sem dar contas, um tenente-coronel se atreve a encarcerar três oficiais de seu batalhão numa prisão que excede em nojeira à pior casa de cachorro, onde o pobre preso sofre não só a privação da liberdade, mas o flagelo físico de numerosas, martirizantes pragas de insetos. Realmente, em terras onde pode imperar semelhante arbitrariedade as leis mais sábias tornam-se inoperantes. Os brasileiros ostentam no seu orgulhoso escudo o globo terrestre e 19 estrelas e nas suas moedas inscrevem: “In hoc sig no vinctes” [sic] mas, certamente enquanto essa massa de castrados [sic] não adquirir outra mentalidade, jamais vencerá com este signo, como será difícil, por outro lado, transformar repentinamente toda uma nação, como por milagre. (SEIDLER, 2003, p. 297-298).

E em meio a um ou outro elogio como o fizeram os outros viajantes Seidler novamente tece amargas críticas ao monopólio do chá inglês no Brasil, e mais que isto, a baixa qualidade daquele produzido no império bem como a falta de estrutura e iniciativa política para o cultivo de tal especiaria. Fora isto o autor menciona a situação de pobreza em que vivem a maior parte dos habitantes das cidades visitadas em sua excursão, principalmente o litoral do Rio de Janeiro:

O chá aqui produzido é pouco inferior ao chinês. Mas aqui falta ordem e fiscalização: os chineses nunca desmentem sua natureza de ladrões e conservam para si a melhor parte da colheita, que em seguida vendem a resto de barato nas ruas da cidade. Se essa cultura do chá fosse realizada com algum cuidado e inteligência, o império muito breve estaria em condições de produzir todo o chá necessário ao seu próprio consumo, muito considerável, e assim o país teria anualmente uma forte despesa a menos. Entretanto se conhece que o governo, apesar de finanças completamente derrocadas, acha que não vale a pena um melhoramento dessa espécie, que podia trazer um dia as maiores conseqüências. Naturalmente os ingleses também fazem quanto podem para estorvar tais plantações; mas será possível que um grande império independente, como o Brasil, por meio de medidas enérgicas não possa combater esse vil espírito de especulação de seus hóspedes não convidados! De um modo geral, o mesmo se passa com todas as outras produções dessa natureza: reproduz-se o caso da montanha a parir um rato. Assim como as especiarias antes mencionadas medram bem no Jardim Botânico, com facilidade poderiam ser cultivadas em todos os arredores do Rio de Janeiro, quiçá em toda a província, e nas regiões mais setentrionais, como Pernambuco, Ceará, Maranhão ou Pará, ainda muito melhor ha viam de aclimar-se. Mas o desleixo do governo não permite coisa diferente e a preguiça inata dos brasileiros não se coaduna com as mais úteis reformas. Só a mais premente pobreza, a mais profunda miséria, o mais alto grau de desespero sem saída, poderá determinar esse povo infeliz, por meio de aplicação, cultura e indústria, a reerguer da lama do caos atual a sua pátria, tal vez então demasiado decaída. (SEIDLER, 2003, p. 89-90).

A importância destes relatos, diários, descrições, representações imagéticas e demais documentos produzidos por estes viajantes e aventureiros no continente americano é imensurável. O registro discursivo eternizado pelas linhas destas cartas, tratados e memorandos ainda hoje possuem uma relação íntima das muitas interpretações históricas e geográficas a respeito da América dentro do ideário europeu sobre estas terras, e, no caso específico do estudo aqui efetuado, vemos a perenidade da ideologia espacial da ufanía edênica, apesar de que, em alguns momentos como nos relatos de Carl Seidler e Luis e Elizabeth Agassiz, por exemplo, não ficarem imunes enumerações dos problemas de ordem principalmente urbana encontrados no Novo Mundo.

### **O pensamento geográfico moderno: o prior descritivo do espaço geográfico**

No que tange ao pensamento geográfico moderno a influência destas descrições se fará presente na própria metodologia dos primeiros geógrafos do século XIX, no uso de minuciosos relatos, gravuras e correlações entre o natural e o humano, e no caso brasileiro, o estandarte do desbravamento dos confins da natureza como ode a ser cumprido pelo labor científico será amplamente utilizado como justificativa na fase de afirmação da Geografia e também História do Brasil nas primeiras décadas do século XX, conforme veremos no próximo capítulo desta Dissertação.

Por fim, no discurso destes viajantes e aventureiros podem ser detectados aspectos da permanência dos traços ideológicos de ufanismo edênico em relação ao Brasil. No entanto, a diferença implícita em suas teorias e conceitos será uma alteração no modo de encarar esta sublimação das qualidades naturais e também sociais, voltando-se a atenção para uma aplicação incisiva de uma ambição organizacional e racionalista destas provisões físicas e humanas.

Desta nova visão em relação ao espaço geográfico é que surgem as correntes de pensamento que vão do possibilismo francês ao neopositivismo austríaco e determinismo germânico, como estruturantes do escopo epistemológico geográfico da época, e mantenedores de muitas das visões arquetípicas dos períodos colonial e imperial no caso do Brasil. Como aporte de auxílio às teorizações supracitadas far-

se-á necessário um itinerário de consulta referencial em outras obras e autores contemporâneos do período circunscrito pelo final do período imperial brasileiro e início do republicano. Com isto nomes de outros campos do conhecimento e representantes da produção literária da época serão e terão fundamental grandeza para o enriquecimento da argumentação.

A racionalização perante a grandiosidade dos recursos naturais disponíveis no Brasil já era algo visível desde a vinda da família real à sua maior colônia, em 1808. De D. João VI partiram as primeiras ordens do domínio da natureza, vigente desde a retomada renascentista, renovada no esclarecimento, idealizada no romantismo e racionalizada durante o século XIX. Era preciso expandir as fronteiras do mundo conhecido, enfrentar os desafios impostos pelo desconhecido. No que tange à Geografia, e em especial no caso brasileiro, este será o papel cumprido pelos inúmeros viajantes e cronistas que cruzaram os quatro cantos do país:

O governo de D. João VI, acolhendo com interesse as iniciativas que neste sentido se tomavam, ia ao encontro de uma atmosfera propícia que a situação pós-napoleônica desenvolvera nos países europeus. A maior parte das explorações que daí em diante se fizeram em todas as partes do Brasil tinham por objeto os problemas da Geografia, da Geologia, da Botânica, da Zoologia e de outras ciências naturais, mas foram tomando corpo também, ainda que em menor escala, as investigações sobre a língua e a cultura dos primitivos habitantes da terra. (HOLANDA, 1969, p. 426).

Conforme mostrado anteriormente há um percurso de interesse científico em relação Brasil, migra-se do aclamativo para o quantitativo e descritivo por meio das inúmeras expedições científicas. Esta alteração do posicionamento dos intelectuais está ligada à passagem do romantismo, parnasianismo e simbolismo, enquanto panoramas de uma forma de pensar o mundo, para o realismo e naturalismo (influenciados, em grande medida, pelas teorias do final do século XIX como o positivismo, o evolucionismo e o determinismo ambiental. A relação de proximidade da aclamação do sublime executada pelos autores romanescos, parnasianos e simbolistas levará de forma resultante ao interesse pelos aspectos científicos da natureza. Esta é em suma a característica matriz do naturalismo progressista:

O século XIX testemunhou a associação entre “naturalismo” e “naturalista”. O culto romântico à natureza despertou interesse pelo estudo do meio natural. Os estudiosos das ciências naturais, como a botânica e a zoologia, passaram, então, a denominarem-se naturalistas. Foi assim que, ao longo do século XIX, o avanço da ciência fez com que os vocábulos “naturalismo” e “naturalista” deixassem de lado a acepção filosófica para adquirir um sen-

tido científico. A associação com a ciência permitiu que os termos perdessem o tom pejorativo de ateísmo e epicurismo, adquirindo respeitabilidade. (CORRÊA, 2012, p. 3047).

Esta realidade da presença do pensamento naturalista chegou ao Brasil. Conforme já mencionado anteriormente, é com o rei D. João VI que a busca por conhecimentos a respeito do Brasil em seus aspectos naturais e sociais irá se intensificar, mas também haverá continuidade deste pensamento com D. João I e II. Dentre os principais intelectuais que passaram por solo brasileiro neste período de valorização naturalista no século XIX, podemos destacar a relação apresentada abaixo (tab. 1):

**Tabela 1: Principais viajantes no Brasil no período imperial e início da república** – Fonte: Holanda (1969, p. 445-467), adaptado.

Viajante	Estudos Realizados
Barão de Langsdorff (1774-1852)	Formação em Ciências Médicas; visitas às regiões litorâneas do Sul e Sudeste; foco em coleta de dados botânicos e entomológicos.
Príncipe Maximiliano de Wied (1782-1867)	Viagens por Rio de Janeiro e Bahia; interesse em etnologia e zoologia em companhia de Georg Freyreiss (1789-1825) e Friedrich Sellow (1789-1831)
Friedrich Sellow (1789-1831)	Naturalista; fez missões no interior de São Paulo e Minas Gerais.
Georg W. Freireyss (1789-1825)	Naturalista missionário do Museu de Berlim, enviado às Américas como angariador de exemplares para o plantel botânico e zoológico.
Pierre A. Delalande (1787-1823)	Enviado pelo governo francês; interesse principal na fauna brasileira.
Auguste P. de Saint-Hilaire (1779-1853)	Companheiro de Delalande; além de se interessar pelos aspectos físicos, perscrutou as condições sociais das populações das regiões visitadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e Bahia.
W. Swainson (1789-1855) e Charles Water-ton (1782-1865)	Ingleses naturalistas, se ativeram à região nordeste; além de coletarem amostras botânicas e zoológicas, fizeram grande número de desenhos, pinturas e algumas crônicas.
Expedição Austríaca (primeiras décadas do séc. XIX)	Vários cientistas compuseram a expedição (Pohl, Mikan, Natterer, Schott, Sochor, Ender, Buchberger, Spix, Martius e Raddi); amplas viagens com fins naturalistas e também etnográficos pelo Brasil.
Peter W. Lund (1801-1880)	Dinamarquês considerado o pai da paleontologia brasileira, fez expedições no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.
Alcide d'Orbigny (1802-1857)	Enviado francês do Museu de História Natural de Paris às regiões sulinas da América; fez importantes coletas geológicas, pedológicas e florísticas, com grande especificidade descritiva.
Eduard F. Poeppig (1798-1868)	Naturalista germânico e paisagista percorreu quase toda a extensão da bacia amazônica de Belém do Pará ao sopé dos Andes.
Theodore Descourtilz (1796-1855)	Naturalista francês; percorreu as Antilhas e várias regiões brasileiras coletando informações ornitológicas.
Charles Darwin (1809-1882)	Um dos maiores naturalistas da Inglaterra, viajou por toda a América com fins a confirmar seu ideário evolucionista.

---

George Gardner (1812-1849)	Botânico e zoólogo inglês, percorreu todo o Brasil coletando informações de animais, vegetais e dados populacionais.
Francis Castelnau (1810-1880)	Naturalista inglês taxidermista; se interessou por questões de engenharia hidráulica (transposição de cursos d'água) na Amazônia e Paraná.
Alfred R. Wallace (1822-1913) e Henry W. Bates (1825-1892)	Jovens naturalistas ingleses, influenciados pelas teorias darwinistas; viajaram pela bacia amazônica para análises de cunho evolucionista.
Richard Spruce (1817-1893)	Botânico inglês, darwinista; percorreu a Amazônia para seus trabalhos.
Hermann Burmeister (1807-1892)	Zoólogo alemão com interesse em paleontologia; por suas contribuições, foi convidado a dirigir Museus Naturais no Brasil e Argentina.
Louis Agassiz (1807-1873)	Naturalista suíço de importante papel na angariação de informações naturais (especificamente na coleta de peixes e dados etnológicos do Brasil).
Charles Hartt (1840-1878) e Orville Derby (1851-1915)	Importantes geólogos norte-americanos; elaboraram teorias sobre efeitos de glaciação e classificação estratigráficas das rochas brasileiras; participaram de Comissões Geológicas em todo o Brasil.
Clyde H. Smith (1876-1940)	Geólogo e naturalista norte-americano; além de se interessar por aspectos pétreos do Brasil, estudou questões patológicas e climáticas do nordeste.
Carl Von D. Steinen (1855-1929) e Paul Ehrenreich (1855-1914)	Etnógrafos alemães; viajantes pela região sul da Amazônia, coletando informações sobre os nativos.

---

Com base no quadro apresentado acima o que fica claro é que houve de fato um considerável movimento de exploração científica, predominantemente naturalista, mas também etnográfica em todo Novo Mundo. Por meio dos dados acumulados por estes viajantes e aventureiros, é que serão elaboradas as primeiras teorias de valorização das características físicas destes países visitados. No caso do Brasil a resultante será uma ideologia espacial e espacialista da identidade nacional (GAUDIO, 2007), que passa a ser muito mais geográfica territorial do que histórica:

É interessante assinalar que, contrastando com esse quadro de dispersão no século XIX, tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro. Com a emancipação política em 1822 era necessário consolidar o Estado nacional, numa situação onde quase metade da população era constituída de escravos. Na dificuldade de identificar-se numa nação, o Estado brasileiro vai tomar o território como centro de referência da unidade nacional, tomando o seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção especialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas. (EVANGELISTA, 2006, p. 7).

Por grande influência da filosofia positivista e das teorias evolucionistas e organicistas das primeiras décadas do século XX, o naturalismo assim como o realismo, será o enfretamento do mítico, do fantástico, abalando o sublime resguardado na selva e no selvagem<sup>1</sup>, o objetivo era enfrentar a face monstruosa do cândido, a ferocidade da beleza, domando-a e relegando a sua potência para as vontades e interesses dos que assim podiam levar a cabo tais patamares (em nosso caso, primeiramente o Estado reinol, imperial e posteriormente republicano). Vejamos a figura a seguir que se enquadra neste contexto:



**Figura 3: Alexander von Humboldt et Aimé Bonpland (Orinoco, Venezuela), de Eduard Ender**

Nesta figura temos a representação daquele que é considerado um dos pais da Geografia Moderna, ou seja, Alexander von Humboldt – localizado ao centro, exaltado pelo foco da luz da tela que sobre sua imagem recai; ao seu lado está Aimé Bonpland. O mais importante a destacarmos nesta tela de Eduard Ender é a maneira como o artista ilustra magistralmente o enfretamento entre a ciência e a técnica – aqui representada pelos instrumentos espalhados pelas acomodações dos cientistas – com a grandeza e exuberância das terras do Novo Mundo.

---

<sup>1</sup> “Para o romântico, a razão é um limite que importa superar pelo arranco das potências obscuras do ser. [...] Daí uma dialética da vida e do pensamento, que o Neoclassicismo atenuou ao postular a equivalência dos dois termos. Alguns românticos acentuarão a primazia da natureza, outros a do espírito [...] De qualquer modo, a natureza é algo supremo que o poeta procura exprimir e não consegue: a palavra, o molde estreito de que ela transborda, criando uma consciência de desajuste.” (CANDIDO, 1989, p. 32)

Desta maneira fica fácil perceber a importância dada a estes componentes imagéticos: a figura humana do sábio desbravando pelo conhecimento o mundo desconhecido, os instrumentos técnicos que permitem tal ação destes detentores do labor mental para a sistematização dos estratos informacionais colhidos nas várias viagens ocorridas no decorrer dos séculos XVIII e XIX; e por fim, como pano de fundo, e também numa relação simbiótica aos outros elementos, a natureza em sua onipresença para aqueles que nela se aventuraram durante tais explorações.

### **O naturalismo, o progresso e a visão do novo mundo sobre as terras do futuro**

É interessante notarmos que em todas as crônicas e diários de viagem analisados, apesar de se tentar manter o tom sóbrio da argumentação, volta e meia os autores ainda se rendem à exuberância natural dos trópicos<sup>2</sup>. O naturalismo para além de uma delimitação terminológica temporal e conceitual abarca em si um período de grande influência das ciências naturais, para com as outras ciências e na vida social como um todo, enunciar naturalismo e naturalista é inevitavelmente entoar um epicentro terminológico polissêmico recheado de desdobramentos históricos e culturais:

Não podemos ver no conceito de “naturalismo” uma noção unívoca. Entre seus vários sentidos, destacaremos dois: o filosófico e o epistemológico. Do ponto de vista filosófico, o “naturalismo” se apresenta, antes de tudo, como doutrina que exclui por completo toda e qualquer referência a um saber de ordem “espiritual”, vale dizer, toda ingerência do sobrenatural ou do transcendente na interpretação dos fenômenos naturais. Do ponto de vista epistemológico, o “naturalismo” designa a teoria do conhecimento que nega radicalmente, por uma questão de princípio, a especificidade das ciências humanas e a validade de seus conhecimentos, sob o pretexto de que o úni-

---

<sup>2</sup> “É o Amazonas também o rio mais profundo da Terra. Nalguns pontos a sonda, conforme asseguraram exploradores dignos de crédito, não encontrou fundo nem mesmo a 600 e 800 pés. Contudo, pode haver algum exagero nisso. Em todo caso, é certo que excede tudo o que a fantasia puder engendrar nesse sentido.” (CANSTATT, 2010, p. 34). Mesma admiração é vista em Granham (1990, p. 194-195): “Nada do que vi até agora é comparável em beleza à baía. Nápoles, o Firth of Forth, o porto de Bombaim e Tricomalee, cada um dos quais julgava perfeito em seu gênero de beleza, todos lhe devem render preito porque esta baía excede cada uma das outras em seus vários aspectos. Altas montanhas, rochedos como colunas superpostas, flores luxuriantes, ilhas de flores brilhantes, margens de verdura, tudo misturado com construções brancas, cada pequena eminência coroada com sua igreja ou fortaleza, navios ancorados, ou em movimento, e inúmeros barcos movimentando-se em um tão delicioso clima, tudo isso se reúne para tornar o Rio de Janeiro a cena mais encantadora que a imaginação pode conceber.”

co modelo de ciência possível de ser aceito como verdadeiro, deve ser o das ciências naturais. (JAPIASSU, 1975, p. 78).

E na modulação do pensamento naturalista no âmbito político, um dos meios pelos quais o governo republicano, em seus primeiros anos, encontrou para o enfrentamento da hostilidade da natureza brasileira, em especial o cerrado, a caatinga, o pantanal e a floresta amazônica – dos verdadeiros sertões clássicos do território brasileiro segundo Fadel (2011) – foram as campanhas militares, das quais podemos citar dois representantes, considerados pais do sertanismo nacional: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), que enveredou grandes campanhas de mapeamento físico e social das atuais regiões Centro-Oeste e Amazônia brasileira; e os irmãos Villas-Bôas: Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo (1918-1961), que tiveram grande participação em explorações no atual parque do Xingu (VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 2012). Vejamos uma opinião concernente a este contexto de enfrentamento das forças hostis da natureza nefasta:

BRASIL – imenso, fantástico, verde, seco e pardacento. Florestas onde o silêncio é sepulcral. Uma campina florida, uma tropa que passa, uma viola que geme... Cidades gárrulas onde o modernismo se expande; cidades que gritam pelos apitos das caldeiras. “Gaiolas” singrando rios vagarosos, imensos; alas de cafeeiros que se se perdem no horizonte. Ouro no cascalho, ouro no cacauero, ouro na frondosa copa do ipê. Por tudo um tom melancólico. E, depois, a marcha contínua de legiões de homens contra as forças hostis da natureza. (NASH, 1939, p. 13).

No entanto, apesar desta tendência de valorização dos aspectos naturais e sociais do Brasil, uma questão que fica em voga é a aceção mais intensa ou branda, a depender do autor, em relação a uma aceleração temporal, ou seja, os indícios de uma necessidade em se propor caminhos para a modernização brasileira, colocando o país nos trilhos do tempo e do que havia de mais atual à época. Esta aceleração temporal em direção ao futuro prometido ao Brasil está diretamente ligada ao discurso do progresso. A Semana de Arte Moderna de 1922 é um mosaico destas tendências que variam em transições propositivas pautadas tanto num passado saudosista como na aclamação de um porvir de prosperidade aos brasileiros:

Os campos estão claramente divididos, já em 1920: de um lado, as forças do futuro, a defesa dos anseios dos tempos novos, e, do outro, os conservadores, os saudosistas de uma época ultrapassada. Estão em conflito, enfim, o velho e o novo. À inércia opõe-se o dinamismo, ao passado o porvir, à tradição a renovação (ou talvez a revolução), ao ontem o hoje. É, numa palavra, a ruptura. [...] Os modernistas não têm mestres no Brasil. Ou porque

estão mortos ou porque, menos vivos, são como praticamente inexistentes para eles. (BRITO, 1971, p. 136-137).

Esta dualidade entre o velho (na superestrutura, na mentalidade da época) e o novo, no crescimento urbano e industrial, refletirá no maior fato paradigmático do pensamento da época, que é o movimento modernista brasileiro. O movimento literário modernista do início do século XX no Brasil teve como principal traço a busca pela identidade nacional brasileira, na releitura de contribuições estrangeiras como visto em seu Manifesto Antropográfico de 1928 de Oswald de Andrade ([2012?]) ou criação e retomada de temas com teor originário, como o selvagem, a natureza e as características culturais das regiões brasileiras. Em certa medida era visível nos modernistas influências que iam do romanesco ao realismo, e do naturalismo ao simbolismo da *belle époque* (BRITO, 1971; CITELLI, 2004). Teve-se então a eclosão do movimento novomundista, aclamado na literatura, fortalecido na política e inculcido nas práticas de exploração territorial:

Naturalismo, Modernismo, Mundonovismo, se presentan, así, como tres etapas dialécticas de una mesma época de transición del siglo XIX o, mejor, de la época de romanticismo y realismo (1830-1880) conduce a la del realismo mítico (1930-1980), cumpliendo con una función de bisagra que permite e inicia um cambio fundamental de orientación. (POLLMANN, 1994, p. 12).

Como já exposto anteriormente, na passagem do século XIX para o XX houve todo um contexto situacional de ambição progressista aliada ao pensamento racional. Esta inclinação dominante na maneira de se pensar neste período pode ser denominada de “novomundismo” ou “mundonovismo”, do qual os países sul-americanos foram os principais representantes. Para Rangel (1981) tal posição pode ser observada também na permanência de certos posicionamentos arquetípicos em relação à maneira como o continente americano e seus habitantes eram vistos pelos europeus e pela própria aristocracia destes países (MAGNOLI, 1997).

O “novomundismo” ou “mundonovismo” é, portanto, uma ideologia fagocitada pelo simbolismo parnasiano e modelada racionalmente ao realismo naturalista como símbolo de continuidade do ufanismo edênico brasileiro e americano em geral (RANGEL, 1981)<sup>3</sup>. O simbolismo abstrato dava lugar ao simbolismo de proximidade

---

<sup>3</sup> “Ou o simbolismo é visto como simples revestimento neutro, como instrumento perfeitamente adequado à expressão de um conteúdo preexistente, de ‘verdadeira substância’ de relações sociais,

ao real, transcendido do físico natural fantástico, fortalecendo ainda mais a permanência do fardo do mito: “Um símbolo nem se impõe com uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de *toda* referência ao real [...] Enfim, nada permite determinar as *fronteiras do simbólico*.” (CASTORIADIS, 1982, p. 144). O Brasil como fazedor parte da ideologia do Novo Mundo se reconvertia no símbolo do *locus* do vir-a-ser, mas agora pautado na plausibilidade de toda sua potência e riqueza natural desvelada pela técnica, racionalidade e pensamento científico<sup>4</sup>:

Este simbolismo mítico encontrava sua renovação nas Américas por meio do já mencionado discurso tecnicista do século XIX, início do século XX. Este período seria propício para a busca das bases reais de afirmação ou reafirmação da potência simbólica do mito edênico herdeiro do utopismo seiscentista no Novo Mundo. Daí a força do mito em sua reconfiguração histórica na garantia de sua permanência e influência:

O alcance da utopia europeia que presidiu nosso ato de batismo é muito mais longo do que a vigência dos enunciados em que se formulou pela primeira vez. [...] A visão de paraíso com que os europeus descortinam a paisagem de nossas terras não é nem uma visão puramente medieval, nem puramente renascentista. É este amálgama de passado e futuro que fornece o material de que as utopias são construídas. Projetada na América, a utopia europeia rouba de nosso continente a possibilidade de experimentar o presente que nos gerou. O mito do Paraíso Terrestre torna-se assim o vetor utópico que orienta uma ação desenfreada voltada apenas para o futuro, ao mesmo tempo em que se presta a exorcizar os fantasmas de um passado desenraizado da história. (SOUZA, 1994, p. 100).

E com base nesta explanação da renovação do utopismo por meio do discurso edenista mencionada por Souza (1994) é que, mesmo com o passar dos séculos, muitos foram os autores que reincidentemente buscaram na valoração mítica da natureza, típica do deslumbramento paisagístico do século XVI, um ponto de partida para

---

que nem acrescente nem diminui nada. Ou então a existência de uma ‘lógica própria’ do simbolismo é reconhecida, mas esta lógica é vista exclusivamente como a inserção do simbólico em uma ordem racional, que impõe suas consequências, quer desejemos ou não.” (CASTORIADIS, 1982, p. 142-143).

<sup>4</sup> “O ‘tom idílico’ conferido à natureza, o destaque de sua beleza e potencial vão, de modo sutil, construindo as futuras imagens que darão embasamento ao nacionalismo patriótico veiculado pela geografia escolar, sobretudo a partir de 1930. Ou seja, ainda que não se possa falar que havia uma geografia escolar brasileira no período imperial ou mesmo no início da República, a Geografia – das riquezas e belezas brasileiras, dos montes e vales, dos rios e mares, do povo pacífico, ordeiro, sem preconceitos, mestiço – e seu destaque na literatura, por exemplo, fornecerão a matéria-prima para a construção posterior dos estudos de geografia brasileira. Estes em geral, até hoje, apesar das mudanças, assentam-se em discussões acerca do estudo dos limites e extensão do Brasil, passam por suas características físicas – suas belezas? – desembocam no seu povo/população e deságuam na riqueza econômica e na crença no ‘país do futuro’.” (GAUDIO, 2007, p. 56-57).

exaltação do próprio Brasil enquanto estado-nacional, e também como justificativas endossáveis de valorização identitária pela população<sup>5</sup>.

Algumas dessas obras ufanistas, e muitas vezes alheias ao intenso processo dialético dos interesses e forças desiguais que agiram em toda formação nacional brasileira, temos *Porque me ufano do meu país* (1900), de Afonso Celso (1997) e *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado (1981). Estas e outras obras fundamentam-se em austero teor ufanista do edenismo ideológico; não raro as veremos sendo bancadas por órgãos governamentais dos quais o interesse ideológico presente no ato de explorar esta capacidade simbólica da paisagem quinhentista, visível em políticas de governo voltadas para a produção de heraldismos pátrios.

A pequena obra de Afonso Celso é uma das mais ilustrativas neste quesito ufanista, como no trecho a seguir: “Não há no mundo país mais belo do que o Brasil. Quantos o visitam atestam e proclamam essa incomparável beleza. Dentro do enorme perímetro brasileiro, encontra-se tudo o que de pitoresco e grandioso oferece a terra.” (CELSO, 1997, p. 33).

No entanto, nas demais obras mencionadas tal teor de sublimação das características físicas perduram, fazendo jus ao cuidado nas descrições de tais características nas cartas quinhentistas e seiscentistas, principalmente no que dizia respeito às riquezas existentes em cada região do globo. E este edenismo será recorrente e presente durante toda nossa história, na perduração “d’A Visão do Paraíso” que menciona Holanda (1958). Abaixo um relato desta expressividade edênica na obra de Paulo Prado, que data de 1928, ou seja, do mesmo período da obra de Afonso Celso:

Habita o vastíssimo território a mais variada fauna, tão extensa como a própria flora. Representam-na como tipos característicos as 19 espécies de Edentados: tatus, preguiças e tamanduás. Pássaros, das mais vistosas plumagens — com as suas 72 espécies de papagaios, beija-flores e bandos de borboletas, acordam e animam araras, periquitos e maitacas, — com os seus tucanos, o silêncio da mata feito de mil ruídos de insetos. Nos primeiros tempos, cardumes de baleias freqüentavam a miúdo as praias e recôncavos da costa: das janelas do Colégio da Bahia os primeiros jesuítas as avistavam “saltando tantas e tão grandes, que era para ver”. Mais para dentro, além da antecâmara suntuosa da floresta, se estendia a vastidão da ter-

---

<sup>5</sup> “Doado pela Providência, recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar. [...] Somos filhos de um bondoso, sadio, robusto colosso. Refere a Bíblia que Saul foi proclamado rei, por ser mais alto que todo o seu povo do ombro para cima. O Brasil sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à precedência (e esses títulos abundam) bastava-lhe a grandeza física.” (CELSO, 1997, p. 30-31)

ra desconhecida — caatingas, catanduvas, cerrados, cerradões, carrascos, campos-gerais, pantanais, — donde desciam ou se afundavam pelos sertões os largos rios, cheios de promessas misteriosas, convergindo nas três grandes bacias do Amazonas, do Prata, e na do Oceano Atlântico em que avultam o Parnaíba e o S. Francisco. Por esse interior, em Minas, Goiás, Mato-Grosso, S. Paulo e todo o Sul, recomeçava a mata, aproveitando os grandes acidentes de relevo, o paredão do planalto, a umidade das cabeceiras, as condensações frequentes (PRADO, 1981, p. 23-24).

E o simbolismo do novomundismo citado por Porrata (2002) e reforçado por Paulo Prado e Afonso Celso também ocorria em relação ao componente humano das novas terras, e neste sentido entra o misticismo como fonte de tal defesa<sup>6</sup>, apesar de que, não só no Brasil mas em outros países sul-americanos como Uruguai e Argentina ter havido uma ampla política governamental de “branqueamento” da população.

O movimento modernista brasileiro à sua época foi vanguardista e assim é considerado até os dias atuais: “Propunham os modernistas uma revisão do conceito de beleza e abalavam a noção do belo imutável, fundamentado na filosofia de Platão, segundo afirmavam os teorizadores acadêmicos.” (BRITO, 1971, p. 211).

Uma das questões visíveis nas obras modernistas era o dilema temporal de saudosismo do passado, do nativismo, do bucolismo e dos aspectos regionalistas em contraposição ao contexto da época de futurismo, da valorização da vida cidadina, da ideia do progresso como meta política, econômica e cultural; do “novomundismo” e da continuidade secular do destino mítico da sociedade brasileira como promessa de continuidade à civilização ocidental:

Os modernistas poupam o simbolismo em seu organizado ataque às correntes estéticas anteriores. Na verdade respeitam a escola simbolista, chegando mesmo a considerá-la inspiradora de muitas de suas atitudes e a admitirem até estarem dando prosseguimento aos princípios por ela formulados. (BRITO, 1971, p. 207).

O aspecto de transição entre o futurista e o arcaico, visível no movimento modernista, faz parte de um quadro social, político e econômico bem maior. Ao analisarmos, por exemplo, o governo do presidente Getúlio Vargas, tal imbricação entre passado e futuro é facilmente perceptível em suas ações, que procuravam superar as oligarquias regionais, para assim fazer valer o lema político do progresso e

---

<sup>6</sup> “É hoje verdade geralmente aceita que, para a formação do povo brasileiro, concorreram três elementos: o selvagem americano, o negro africano e o português. Do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais de metade da nossa população. Qualquer daqueles elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal a humanidade ou a deprecia. E se não, vejamos.” (CELSO, 1997, p. 83).

de enfrentamento das dificuldades impostas ao Brasil por suas próprias características naturais. Tal política será denominada “Marcha para o Oeste”, em referência aos antigos bandeirantes e pioneiros norte-americanos (MOOG, 1966). Nas palavras do próprio Getúlio Vargas, os objetivos de tais ditames políticos se davam:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente de cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124).

Esta marcha para o Oeste, incluía também a região do bioma amazônico como última fronteira a ser explorada na grandeza natural do Brasil. Seguindo a pulsão pela aceleração do tempo perdido pelos séculos de colonização, o presidente conclama a continuidade pela busca do Eldorado, entendido não mais apenas como o ouro do bulionismo seiscentista, mas englobando toda e qualquer riqueza passível de ser angariada como dividendos econômicos rentáveis, e de preferência susceptíveis à produção em escala industrial.

A Amazônia herdava desta forma a herança da territorialidade edênica, na já presença secular do paraíso terreal. Mas, em sua grandeza, tal região do Brasil precisava ser redescoberta, estudada, mapeada para assim ser possível sua dominação e principalmente exploração econômica, com o viés de desenvolvimento e crescimento do país com o estabelecimento de tais medidas de exploração na floresta equatorial.

A seguir vemos uma imagem que denota ricamente esta nova fase de “conquista” do paraíso terreal, neste caso, o bioma amazônico, junto ao discurso ufanista, militarista e econômico amplamente utilizado nas primeiras décadas da república em diferentes campanhas exploratórias nesta região:



**Figura 4: Marechal Cândido Rondon com índios Paresi de 1912** – Fonte: Haag (2012, p. 1).

A imagem acima do Marechal Cândido Rondon na Amazônia tem uma importância especial, a fotografia faz parte da pesquisa de Carlos Haag (2012), que numa exposição junto ao site da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) dos seus estudos nos traz exatamente o caráter de continuidade desta empreitada do governo brasileiro republicano em consonância do que já havia sido feito anteriormente pelos próprios viajantes, ou seja, não apenas relatos, diários, figuras e gravuras eram feitas.

Mas também uma busca profunda pelas potencialidades do território brasileiro, e neste sentido, as incursões militares como as efetuadas por Rondon estavam intimamente ligadas ao poder e interesses do Estado frente ao território brasileiro e sua imensidão ainda a ser explorada principalmente no quesito econômico:

A pesquisa concluiu que o propósito da Comissão Rondon era de que seus membros não estavam encarregados apenas da expansão da rede telegráfica nacional, mas da definição das distintas potencialidades do território da porção norte do país para a discriminação entre áreas de exploração e conservação de recursos naturais e humanos. O projeto, nesse contexto, traz à luz a importância da comissão na institucionalização das ciências no país e no papel crescente do Estado como fomentador das pesquisas científicas, em especial a ciência aplicada, pensada como instrumento de modernização nacional. (HAAG, 2012, p. 2)

E além destas campanhas de cunho militar e governamental houve igualmente um fato histórico dos mais curiosos na década de 1920 digno de nota, que foi a instalação de um complexo industrial do megaempresário Henri Ford na cidade de

Aveiro, no estado do Pará, às margens do Rio Patajós, para a produção de látex e fornecimento de matéria-prima para os pneus dos automóveis montados nos Estados Unidos (GRANDIN, 2009).

Devido a conflitos de natureza cultural, a dificuldade de adaptação e implementação do instrumental necessário para a extração, transporte e exportação do látex<sup>7</sup>, o empreendimento foi cancelado com pouco mais de dois anos de atividade. Era uma das derrotas do progresso bradado pelos governantes brasileiros. A corrida para o Oeste, na qual se incluíam as incursões à Amazônia, tinha explicitamente o discurso de integração e domínio do território nacional, mas internamente esta fala possuía o imperativo do viés econômico, pois o objetivo principal era a exploração do látex presente em grande escala naquela região do país. E outros produtos seriam catalogados, e mais do que isto, recursos hídricos, minerais e naturais eram registrados, para que, em um momento oportuno no futuro fossem fincados novas frentes de atividades econômicas na região amazônica em suas diferentes potencialidades naturais, espalhadas pelo imenso território dentro das fronteiras do Estado nacional brasileiro.

Além das questões econômicas de exploração da região amazônica, houve outros incidentes de cunho social naquele período, como a morte de mais de 6 mil trabalhadores na ferrovia Madeira-Mamoré, que nunca chegou a ser concluída, e também constantes conflitos com seringueiros da região fronteira à de exploração, como peruanos e bolivianos. Abaixo vemos uma figura da Fordlândia, a maior tentativa de transformar exploração do látex em algo a ser feito de forma industrial.

A empreitada de Henry Ford superou várias das expectativas políticas daquela época, ao ponto de o empresário norte-americano receber diversos tipos de incentivos fiscais e produtivos, com o objetivo de levar a cabo sua tentativa de produção industrial do látex. No entanto, com o crescente aumento da competitividade com o mercado asiático as instalações fordistas fatalmente cederam e foram abandonadas

---

<sup>7</sup> Grandin é categórico ao citar a dificuldade em se transpor as barreiras fluviais, para o transporte do produto até o porto mais próximo: “Unfortunately, the Rouge’s synchronized industrial efficiency didn’t Always spill over to the company’s administration. No one told Sorensen that an underwater rock ledge cut across the Tapajós fifty miles downriver from where they planned to establish the plantation, making it impossible for ships the size of the *Ormoc* to reach the site during the dry season, when the water was low [...]” (GRANDIN, 2009, p. 121)

por todos que fizeram parte do projeto, hoje em dia o que restou foram apenas restos das construções que servem como ponto turístico e de curiosidade região.

Nas palavras de Grandin (2009), foi a queda da utopia fordista na floresta amazônica. Em meio a todo este contexto de reafirmação da ufania edênica, da postura em ação e discurso do tecnicismo em relação às áreas inexploradas do Brasil e também do olhar territorial dos viajantes e aventureiros posteriormente transformados em base para o pensamento geográfico nacional, e a preocupação com as bases simbólicas do povo brasileiro é que o Brasil adentra as primeiras décadas do século XX com uma nova dinâmica social, política, econômica e cultural.

Apesar de muitas vezes os aventureiros e viajantes terem como imperativo de suas ações e incursões pelo território brasileiro uma justificativa naturalista, ou até mesmo romântica, fica claro que em grande parte o objetivo de tais expedições, dos séculos passados até os decênios mais próximos de nossa era, se configurava muito mais pelo conhecimento dos recursos naturais presentes no território brasileiro, passíveis de exploração no momento em que eram descobertos, catalogados e admirados ou reservados para interesses futuros. A tônica ufanista do edenismo territorial corroborou para esta visão das terras brasileiras não só em épocas mais remotas, mas ainda é utilizada como discurso de muitas das ações e pensamentos a respeito do Estado nacional brasileiro até os dias atuais.

### **Considerações finais**

A partir desta base de apresentação deste cenário e principalmente da força destes diferentes atores e vetores do discurso da sublimação territorial do país é que fica clara a maneira pela qual a mística do paraíso terreal, apesar de momentos de inflexão, acaba por retornar e conquistar novos horizontes de expressão de seu alcance ideológico. A corrida para o oeste no cerrado e posteriormente ao bioma amazônico é um sinal desta reificação, assim como o foi a chegada das embarcações durante o período das grandes navegações no século XVI, trazida para esta discussão no primeiro capítulo desta Dissertação. A perenidade temporal do mito se apoia também na sua abrangência espacial, incorporando as alternâncias de significações territoriais ao seu núcleo inquebrantável, ou seja, o eco referencial de uma identida-

de nacional pautada no orgulho de sua terra como invenção simbólica (MAIA, 2008).

E este ponto da questão identitária pautada nas características do território frente ao cânone histórico do país é um dos principais focos no qual a atenção se deve voltar, pois, por meio de uma herança de ufania edênica o coro geográfico para com tal cenário de representatividade de tal mística será tão mais forte quanto maiores e mais diversificados forem as formas de interpretação de tal simbologia, vindo daí talvez a mutabilidade mítica ao longo tempo, a depender de contingências econômicas, políticas, científicas e culturais que permitam a intangibilidade de sua essência, e neste caso, o retorno a tal fonte de profusão simbólica será sempre o paraíso terrenal americano.

Para o exercício de tal análise, tendo como base o que foi exposto até aqui e incorporando esta fase de fundamental importância da Geografia no discurso edênico, será necessário um exercício de retomada de alguns temas trazidos nesta divisão capitular, como os geógrafos que incorporaram o movimento dos viajantes e aventureiros.

A influência de teorias de pensamento como o naturalismo e positivismo nas teorias geográficas, além é claro das influências das ideologias geográficas expostas discursivamente em diferentes momentos de expressão, que de alguma maneira se enquadram nesta totalidade da influência do edenismo territorial como ideologia espacial, mencionado por autores como Evangelista (2006), Gaudio (2007), Magnoli (1997) e Sodré (1984), pela sua dilatação dentro do pensamento geográfico brasileiro, e mais que isto, na reificação na mística do paraíso terrenal alcançando com sua retórica obras, pensadores, e representantes do pensamento geográfico até os dias atuais.

## **Referências**

- AGASSIZ, L; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2010.
- ANDRADE, O. **Manifesto Antropofágico**. [S.l.: s.n. 2012?]. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/manifestoa/pdf/manifestoa>>. Acesso em: 6 dez. 2012. Originalmente publicado em 1922.

- BRITO, M. S. **História do modernismo brasileiro**: antecedentes da Semana de Arte Moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. v. 1-2. São Paulo: Martins, 1989.
- CANSTATT, O. **Brasil**: terra e gente. Tradução de Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, 2010. Originalmente publicado em 1871.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CELSO, A. **Porque me ufano do meu País**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- CITELLI, A. **Romantismo**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CORRÊA, P. A. C. O Realismo e Naturalismo: a questão terminológica. **Cadernos do CNLF**, [s.l.], v. 14, n. 4, t. 4, sem paginação, 2012.
- EVANGELISTA, H. A. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida. **Geo-Paisagem**, [s.l.], ano 5, n. 10, sem paginação, jul.-dez. 2006.
- FADEL, D. A. F. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, sem paginação, 2011.
- GAUDIO, R. S. D. **Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: USP, 1990. Originalmente publicado em 1824.
- GRANDIN, G. **Fordlandia**: the rise and the fall of Henry Ford forgotten jungle city. Nova York: Metropolitan, 2009.
- HAAG, C. Ciência para criar uma nação. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 195, maio 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/05/11/ciencia-para-criar-uma-nacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2013.
- HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1958.
- \_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira**: reações e transações. 2. ed. v. 3. t. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- MAIA, J. M. E. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna, UNESP, 1997.
- MOOG, V. **Bandeirantes e pioneiros**: paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- NASH, R. **A Conquista do Brasil**. Tradução de Moacyr N. Vasconcellos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

RANGEL, C. **Do bom selvagem ao bom revolucionário**. Tradução de Berenice de S. Otero. Brasília: UnB, 1981.

POLLMANN, L. Naturalismo/modernismo/mundonovismo: una época de transición entre siglo XIX y siglo XX. **Revista Chilena de Literatura**, [s.l.], n. 44, p. 5-13, 1994.

PORRATA, F. E. **Relectura del discurso novomundista de Alejo Carpentier y Abel Posse en el contexto de la nueva novela histórica**. 2002. Dissertação (Doutorado em Philosophy in Spanish)– Florida International University, [s.l.], 2002.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Ibrasa, 1981.

SEIDLER, C. **Dez anos no Brasil (1825-1834)**: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil. Tradução de Bertoldo Klinger e F. de Paula Cidade. Brasília: Senado Federal, 2003.

SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, O. **Fantasia de Brasil**: as identificações em busca da identidade. São Paulo: Escuta, 1994.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil**: o Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938). Rio de Janeiro: José Olympo, 1938.

VILLAS-BÔAS, O; VILLAS-BÔAS, C. **A Marcha para o Oeste**: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em 9 jul. 2015

Aceito em 23 jun. 2016.